

**Lorena Melo Silva**

**De:** Felipe Lamm <felipelamm@abraget.com.br>  
**Enviado em:** terça-feira, 31 de maio de 2016 17:02  
**Para:** consulta publica.portaria  
**Cc:** Edmundo Silva  
**Assunto:** Consulta Pública MME: Contribuições da ABRAGET - Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para Escoamento de Geração  
**Anexos:** 20160531 Carta ABRAGET 018 - Contribuições da ABRAGET à Consulta Pública do MME - Portaria 172 VF.pdf  
**Prioridade:** Alta

Prezados,

Seguem, em anexo, as contribuições da ABRAGET à Consulta Pública sobre Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do SIN para Escoamento de Geração.

Atenciosamente,

**Felipe Ernesto Lamm Pereira**

**Engenheiro Eletricista**

ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas

CNPJ 05.045.195/0001-00

Av. Rio Branco 53/1301 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20090-004

Tel/Fax: (21) 2296-9739/2253-0926 - [www.abraget.com.br](http://www.abraget.com.br)





Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.  
ABRAGET 018/16.

Ministério de Minas e Energia

**Secretária Executiva**

Consulta Pública - Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para Escoamento de Geração  
Esplanada dos Ministérios, Bloco U, 7º andar.  
70065-900 - Brasília - DF.

**Assunto: Contribuições da ABRAGET à Consulta Pública do MME - Diretrizes Gerais para Definição de Capacidade do Sistema Interligado Nacional - SIN para Escoamento de Geração**

Prezados,

**ABRAGET - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERADORAS TERMELÉTRICAS** vem, através destas contribuições, mostrar os reflexos causados aos geradores termelétricos contemplados nos leilões de energia nova. Tais contribuições se referem, mais especificamente, àqueles geradores que tiverem seus planos de obras concluídos, mas que não puderem injetar sua energia na rede, devido a atrasos na construção de instalações de transmissão ou distribuição, sob a responsabilidade de terceiros.

O Artigo 7º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, que trata de leilões de energia nova em geral, estabelece que os CCEARs deverão prever a obrigatoriedade de reconstituição do lastro de venda de energia.

Nesta mesma Portaria, o seu Artigo 9º, dispõe que o art. 7º não se aplica aos casos de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações de uso do âmbito de transmissão, necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial.

Na ocorrência da hipótese prevista acima, o agente vendedor fica isento da obrigação contratual de entrega de energia elétrica, sendo-lhe assegurado o direito de recebimento integral da receita de venda.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.  
ABRAGET 018/16.

No entanto, a partir de 2013, todos os leilões de energia nova tiveram em suas diretrizes, dispositivo específico suspendendo o art. 9º da Portaria MME nº 514/2011.

Desta forma, atrasos em instalações de transmissão provocam prejuízos para os geradores, que, além de serem impedidos de cumprir seus contratos no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e de obter eventuais receitas no mercado de curto prazo, são obrigados, para os contratos no ambiente regulado (ACR), a optar entre (i) reconstituir lastro e contratar a energia correspondente; ou (ii) postergar o início do suprimento contratual com base em força maior, neste caso abrindo mão da receita relativa ao contrato. Tais prejuízos, se ocorrerem, podem, em última instância, até inviabilizar o empreendimento.

É, efetivamente, inaceitável que os ônus pelo atraso em instalações de transmissão recaiam sobre os geradores, já que os mesmos não são estes responsáveis pelo referido atraso.

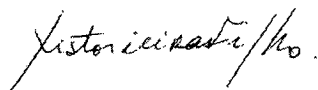
Ao contrário, para os geradores esse atraso implica em um risco não gerenciável, imprevisível e sobre o qual eles não possuem qualquer ingerência.

Pelas razões expostas, a **ABRAGET** submete estas contribuições à matéria em tela, e solicita que seja analisada a possibilidade de que as diretrizes dos Leilões de Energia Nova voltem a seguir a regra semelhante a do Art. 9º da Portaria do MME nº. 514 de 2 de setembro de 2011. Tais diretrizes foram suprimidas na minuta de Portaria proposta em esta Consulta Pública.

Renovando nossas expressões de apreço e consideração, nos colocamos à disposição para os entendimentos e os esclarecimentos que se façam necessários.

Mais uma vez, agradecemos à atenção e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



**Xisto Vieira Filho**  
Diretor Presidente